

Empresários são “inimigos”

□ Governo insistirá no arrocho e nas punições

O governo voltou a identificar no empresariado, especialmente o dos setores oligopolizados, um perigoso inimigo da estabilização econômica. E pretende agir. “Nada justifica que, numa inflação de 20%, esses setores promovam reajustes de 45% e, além disso, o preço em dólar de seu produto seja duas vezes maior aqui do que seu custo no mercado internacional”, desabafou um assessor da equipe econômica.

Há um consenso no Ministério da Economia de que “esses surtos de movimentos especulativos, promovidos por setores empresariais, têm o objetivo de tentar forçar o governo a mudar as regras do jogo e enveredar pelo caminho aventureiro de um novo choque, o que definitivamente não acontecerá”, como assegurou um graduado assessor do ministro Marcílio Marques Moreira.

Para os “maus empresários”, disse ele, o melhor é pressionar por mudanças, já que o governo está de fato praticando a austeridade fiscal e monetária. “O que eles querem é afrouxar tudo, mudar tudo: reimplantar o controle de preços, porque historicamente isso gera, logo em seguida, uma expansão da demanda e salva a pele deles”, desabafou o economista. E arrematou: “Esse retrocesso é totalmente incompatível com o pensamento do ministro Marcílio”.

Ao contrário do que tentam

forçar esses setores empresariais, a equipe econômica está decidida a perseverar na política de arrocho fiscal e monetário. E mais: está decidida a começar a incomodar, com todos os instrumentos legais e de mercado, os oligopólios que pratiquem abusos. A secretaria Nacional de Economia, Dorothéa Werneck, vem estreitando contato com a Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça para montarem um esquema capaz de punir com severidade todo abuso do poder econômico.

Além disso, “todos esses oligopólios têm financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), usando dinheiro público. Essa torneira poderá ser mais controlada ou até fechada”, disse um técnico, para exemplificar. Segundo ele, no momento em que o governo eliminou todo tipo de controle de preços, instrumentos como créditos oficiais e alíquotas de importação devem ser usados para inibir exageros.

O açãoamento do Cade, que pode aplicar multas de centenas de milhões de cruzeiros, também é uma prerrogativa da qual o governo não abrirá mão. “A via jurídica é mais demorada, mas é muito eficaz. Na medida em que os maus empresários perceberem que poderão ser punidos e que o abuso lhes custará caro, eles retrocederão”, imagina um assessor do ministro da Economia. (M.M.)